

PROCESSO: 268675/2023

CLASSIFICAÇÃO: Controle Interno - Fiscalização - Acompanhamento

SETOR: Controle Interno – SANEAR

ORIGEM: PAFI 2023 (Ação 15)

CRIAÇÃO: 02/05/2023

UG: Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental

RELATÓRIO DE AUDITORIA 015/2023

ACOMPANHAMENTO

Equipe de Auditores

Jonathan Bruno Blunck Gervasio
Auditor Público Interno – Matrícula 010366

Supervisão

Nildemar Antonio Botti
Auditor Público Interno – Matrícula 110819

RESUMO

Trata-se de ação constante no Plano de Fiscalização da Controladoria-Geral do Município de Colatina, identificada como AÇÃO Nº 15: GESTÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS, na modalidade Acompanhamento, que tem como objeto acompanhar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Colatina.

Das análises realizadas, foram identificados os seguintes Achados: 2.1 Não estruturação do Sistema Municipal de Saneamento Básico; 2.2 Ausência do acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do PMSB; 2.3 Falta de implementação das ações para cumprimento das metas do PMSB.

Índice

RESUMO.....	2
1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 DELIBERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.....	5
1.2 VISÃO GERAL DO OBJETO.....	5
1.3 QUESTÕES DE AUDITORIA.....	5
1.4 METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES.....	5
1.5 ESTIMATIVA DO VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS.....	5
2. ACHADOS.....	6
2.1 Não estruturação do Sistema Municipal de Saneamento Básico.....	6
2.2 Ausência do acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do PMSB.....	7
2.3 Da falta de implementação das ações para cumprimento das metas do PMSB.....	8
3 CONCLUSÃO E PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO.....	27
ANEXO I – RESUMO DOS ACHADOS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Fiscalização prevista na AÇÃO Nº 15: GESTÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS, na modalidade Acompanhamento, que tem como objeto acompanhar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Colatina.

Inicialmente esclarecemos que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são instrumentos exigidos pelas Leis Federais nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) e nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010) que instituíram, respectivamente, as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. Suas implementações possibilitam planejar de forma estratégica as ações de Saneamento Básico dos municípios na direção da universalização do atendimento.

A construção de um planejamento estratégico e seu acompanhamento ao longo da sua execução é essencial para o alcance dos resultados positivos. Dessa forma, compreende-se que o planejamento estratégico é um processo cíclico, dinâmico e permanente que vai além da proposição de projetos e ações, mas engloba também a execução e avaliação que podem levar a um novo momento de proposição.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Colatina foi confeccionado a partir de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES) em que foi celebrado entre a UFES e o Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo (Condoeste) o Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2013, assinado no dia 11 de dezembro de 2013. O objeto desse acordo foi a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios de Afonso Cláudio, Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

Posteriormente, com base no resultado do Acordo de Cooperação Técnica, no Município de Colatina foi aprovada a Lei 6.413, de 16 de junho de 2017, que instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico, Instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, contemplando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

O PMSB contempla **Programas, Projetos e Ações** para a gestão e controle dos serviços de saneamento e efetivo alcance do cenário de referência ou cenário futuro desejável. Contempla ainda um caminho a ser adotado para execução dos programas, projetos e ações. A programação da implantação dos programas, projetos e ações foi desenvolvida considerando **Metas** em horizontes temporais distintos:

- Imediatos ou emergenciais - até 3 anos;
- Curto prazo - entre 4 a 8 anos;
- Médio prazo entre 9 a 12 anos;
- Longo prazo - entre 13 a 20 anos.

Vale ressaltar que o monitoramento e avaliação das políticas públicas são importantes, uma vez que possibilitam aos agentes responsáveis pela sua implementação, a verificação da sua efetividade. A partir dos resultados observados, é possível realizar os aprimoramentos e ajustes que se mostrem necessários. Na prática, essas análises são essenciais para a avaliação do alcance das metas e para a definição de estratégias de ação e prioridades de governo.

Espera-se que este Relatório, com o seu conjunto de análises sobre a evolução do saneamento básico, possa ser utilizado pelos gestores públicos e pela sociedade como instrumento para uma melhor compreensão dessa política pública que possui relações tão estreitas com a saúde e a qualidade de vida da população.

1.1 DELIBERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

A presente fiscalização foi aprovada no Plano Anual de Fiscalização a ser executado no exercício de 2023 por meio do Decreto Municipal nº 27.943/2023.

1.2 VISÃO GERAL DO OBJETO

Nesse trabalho buscou-se conhecer o Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina, identificar os Programas, Projetos e Ações contemplados no planejamento estratégico e suas metas temporais, verificando a situação de cada uma delas. A fiscalização envolveu especialmente os Eixos Água, Esgoto e Resíduos Sólidos que fazem parte das atribuições legais do Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental. Os demais Eixos (Educação Ambiental, Drenagem e Outros) não foram contemplados nesta fiscalização.

1.3 QUESTÕES DE AUDITORIA

Para cumprir o objetivo proposto foram definidas as seguintes questões de auditoria na fiscalização:

QA1 – O SANEAR vem executando os projetos, programas e ações contemplados no Plano Municipal de Saneamento Básico conforme as metas temporais estabelecidas?

1.4 METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES

Para cumprimento da fiscalização proposta foi realizado pesquisa documental da legislação e documentos referentes a elaboração e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina, foram realizadas ainda vistorias “in loco” e indagações aos servidores do SANEAR que atuam diretamente na Diretoria de Operações e Diretoria de Engenharia.

Foi constatado que o PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Nesta fiscalização foram levantadas a realização de ações referente apenas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos que são competências do SANEAR.

Dentre as limitações impostas podemos citar o quantitativo de pessoal para execução dos trabalhos. Explico. Em razão do Setor de Controle Interno da Autarquia contar com apenas 01 (um) servidor, ao qual compete, além das atividades de auditoria interna, a responsabilidade pelas demais atividades de controle interno, transparência consultoria e regulação dos serviços não foi possível dedicação exclusiva para maior aprofundamento neste Acompanhamento. Além disso, a ausência de um efetivo acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina por uma comissão, servidor ou órgão dificulta o levantamento e evidencição das informações.

1.5 ESTIMATIVA DO VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

Estima-se um valor aproximado de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões) que corresponde a previsão aproximada da soma do custo das ações relacionadas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos no Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina.

2. ACHADOS

Passa-se a descrever abaixo os achados identificados na fiscalização. São pontos de atenção para o gestor e que exigem medidas para sua solução, sob pena de agravamento da situação encontrada e possível responsabilidade no caso de não ser tratado.

2.1 Não estruturação do Sistema Municipal de Saneamento Básico

Base Legal: Lei Municipal 6.413/2017 e PMSB

Na forma da lei, o Sistema Municipal de Saneamento de Colatina é formado pelo conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções que de modo articulado e cooperativo, formulam as políticas, definem estratégias e execução das ações de Saneamento Básico.

A Lei 6.413/2017 criou o Órgão Gestor de Saneamento Ambiental ao qual compete:

I - articular as unidades executoras do Sistema Municipal de Saneamento Básico para a fiel execução dos projetos e ações definidos e acordados com a sociedade via diagnóstico técnico-participativo que embasou os Planos Municipais, incluindo, até mesmo, a articulação com unidades complementares da Prefeitura e com instâncias e órgãos externos reguladores e financiadores do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

II – exigir das unidades executoras o detalhamento das ações em atividades;

III – visitar e fiscalizar as obras relacionadas à execução dos Planos;

IV - acompanhar, monitorar e avaliar os projetos e ações executados por meio de reuniões bimestrais com os responsáveis pelos programas e ações nas unidades de execução, sem prejuízo da convocação de reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário;

V – aplicar os instrumentos e mecanismos de controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em conformidade com o que dispõem o Anexo único;

VI – elaborar relatórios de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, utilizando-se dos indicadores detalhados no Anexo único para este mister;

VII – manter informações atualizadas sobre a execução de cada projeto e ação, bem como dos resultados alcançados pelos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

VIII – solicitar informações adicionais que possam ser necessárias ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A Lei 6.413/2017 também criou a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, a qual compete:

- I – avaliar a execução das ações e projetos estabelecidos nos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;*
- II – avaliar as metas e resultados alcançados pelos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;*
- III – propor novas demandas, ações emergenciais e direcionamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;*
- IV – elaborar cartas e monções que considerar necessárias;*
- V – convocar atualizações dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a cada 4 (quatro) anos;*
- VI – solicitar informações que possam ser necessárias ao processo de acompanhamento, monitoramento, avaliação e controle social dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.*

A Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem a função de apresentar relatórios semestrais indicando o estágio dos programas e ações, os resultados alcançados e as dificuldades identificadas na execução do Plano, com vistas a prestar contas à sociedade acerca das demandas apresentadas pela população nos diagnósticos participativos e dos compromissos pactuados no Plano.

Acontece que nem o Órgão Gestor de Saneamento Ambiental, nem a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais estão em atividade. O que compromete todo o funcionamento do Sistema Municipal de Saneamento Básico previsto na Lei 6.413/2017, bem como a avaliação da execução dos programas, projetos e ações, e ainda a realização dos diagnósticos e propositura da atualização do PMSB.

Neste sentido, oriento que seja estruturado e designado os responsáveis pelo Órgão Gestor de Saneamento Ambiental e pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais como forma de acompanhar, avaliar e propor a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

2.2 Ausência do acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do PMSB

Base Legal: Lei Municipal 6.413/2017 e PMSB

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Colatina, a execução do mesmo compreende a realização dos projetos e ações para alcançar os objetivos estabelecidos, ou seja, significa adotar iniciativas e providências concretas para a realização do que está planejado.

O acompanhamento da execução do PMSB também precisa ocorrer em nível técnico de gestão e em nível de interação social. Em relação ao nível técnico de gestão, deve ser constituído um Comitê de Gestão do PMSB formado pelas unidades gerenciais do plano e por representantes da sociedade civil que irão desenvolver as atividades de controle, monitoramento, acompanhamento e avaliação do PMSB.

Cabe ao comitê a articulação das unidades gerenciais que devem fazer o Plano acontecer através da execução dos projetos e ações definidos e acordados com a sociedade, incluindo, inclusive, a articulação com unidades complementares da Prefeitura e com instâncias e órgãos externos reguladores e financiadores do Saneamento Básico.

O PMSB estabelece ainda que, em termos de interação com a sociedade, além da representatividade da sociedade civil garantida pelos membros da sociedade civil no Comitê de Gestão do PMSB, deverão ser realizadas semestralmente câmaras técnicas para receber e debater a prestação de contas das atividades e evolução da execução dos projetos do PMSB, bem como avaliar demandas, ações emergenciais. Essas câmaras técnicas além da participação pública da sociedade deverão contar com a participação de representantes dos órgãos públicos direta e indiretamente relacionados aos serviços de saneamento básico, como as demais secretarias municipais, secretarias estaduais, ministério público, órgãos federais, dentre outros.

Conforme determina o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Colatina, o acompanhamento, monitoramento e avaliação consistem em verificar o quanto os projetos e ações estão sendo executados, se e como os objetivos estão sendo alcançados, o quanto as metas estão sendo superadas e quais os problemas e entraves que possam impedir a execução do que está planejado. Em termos gerenciais técnicos, cabe ao Comitê reunir-se bimestralmente e sempre que se fizer necessário para acompanhar as atividades e evolução dos projetos e ações do PMSB, bem como avaliar demandas, ações emergenciais e direcionamentos da execução.

O comitê deverá utilizar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação. Essa etapa exige, sobretudo, a sistematização de informações por parte das unidades gerenciais que permitam monitorar as ações realizadas e as metas alcançadas. As reuniões do comitê de gestão devem ser capazes de gerar conhecimento e decisões que facilitem a execução do Plano. Em termos de interação social, caberá ao Comitê apresentar na Câmara Técnica semestral o andamento dos projetos e ações, os resultados alcançados e as dificuldades presentes na execução, ou seja, prestar contas à sociedade das demandas apresentadas pela população nos diagnósticos participativos e dos compromissos pactuados no PMSB. Além disso, a Câmara Técnica deverá avaliar a condução dos projetos e ações em relação ao que está planejado, apontar novas demandas e deliberar sobre a atualização do PMSB que deverá ser realizada a cada 4 (quatro) anos.

É recomendável que seja utilizado ferramentas de gerenciamento de projetos, especialmente de sistematização de informações, de detalhamento das ações e de controle que permitam o acompanhamento da evolução das ações empreendidas.

Neste sentido, oriento que seja criado um Comitê de Gestão do PMSB e a realização semestral de Câmaras Técnicas com a participação da sociedade civil e representantes de órgãos públicos na forma da lei.

2.3 Da falta de implementação das ações para cumprimento das metas do PMSB

Base Legal: Lei Municipal 6.413/2017 e PMSB

Tendo por base um roteiro sistematizado em formato de formulário com atributos a serem estabelecidos, os programas do PMSB foram estruturados a partir de um conjunto de projetos e ações direcionadas para alcançar um determinado objetivo e público-alvo tendo em vista os problemas, desafios e oportunidades identificados no diagnóstico realizado, bem como os direcionadores apresentados na composição dos cenários prospectivos. Em cada ação foi realizada uma estimativa de custo e fixado um prazo para a execução, sendo que algumas ações compreendem apenas iniciativas que podem ser executadas pela própria instituição sem custo financeiro.

É importante reiterar que o PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Nesta fiscalização foram levantadas a realização de ações referente apenas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos que são competências do SANEAR.

A seguir seguem planilhas com informações sobre cada eixo, programa, projeto, número, ação, custo, meta (início e fim), periodicidade do custo. Quanto a realização de cada ação, a informação é com base nas indagações e nas respostas da equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Diretoria Operacional do SANEAR.

EIXO: Meio Ambiente

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade do Custo	Realizado
Educação Ambiental	Educação Ambiental	1	Desenvolver plano municipal de educação ambiental na secretaria de educação envolvendo empresas, órgãos da administração direta e indireta, escolas e entidades locais de interesse	70.000,00	2016	2035	Único	Não analisado
		2	Estabelecer calendário de atividades de educação ambiental no município envolvendo: o dia da árvore, caminhadas ecológicas, passeios ciclísticos, ciclo de palestras nas escolas	2.000,00	2016	2018	Único	Não analisado
		3	Incluir nas comunicações institucionais da prefeitura e do SANEAR dicas de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos	Equipe Local	2016	2018	-	Não analisado
		4	Elaborar cartilha sobre preservação ambiental, uso dos recursos naturais e poluição, envolvendo os quatro componentes do saneamento básico; e inclui palestras sobre desperdícios e uso racional da água	95.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
		5	Instituir visitas programadas ao SANEAR	Equipe Local	2016	2035	-	Não analisado
		6	Incluir palestras de orientação à agricultores quanto ao uso de defensivos agrícolas	5.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
		7	Mensurar e avaliar as ações periodicamente.	Equipe Local	2016	2035	-	Não analisado
		8	Realizar atividade nas escolas e comunidades sobre os problemas decorrentes do lançamento de agrotóxicos, esgoto e resíduos nos mananciais, ocupação em áreas de fragilidade ambiental realizando parcerias com o PSF - Programa Saúde da Família e visitas à ETA	100.000,00	2016	2017	Único	Não analisado
Total de ações: 08				Total que foi realizado: 0		Percentual Atendido 0%		

EIXO: Água

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade do Custo	Realizado
02- Plano de controle das águas dos mananciais	02- Controle das Águas dos Mananciais	9	Recuperar as matas ciliares com acompanhamento técnico por meio do plantio de mudas de espécies nativas visando atender o Código Florestal nos trechos dos cursos d'água	800.000,00	2017	2035	Único	Não houve resposta
		10	Isolar as margens do rio próximo à captação.	30.000,00	2016	2018	Único	Não houve resposta
		11	Montar planos de amostragem anual para coleta das amostras	Equipe Local	2016	2018	-	Não houve resposta
		12	Realizar análises laboratoriais do manancial de abastecimento	5.000,00	2018	2035	Mensal	x
		13	Divulgar os resultados periodicamente em jornais e canais de comunicação do município	5.000,00	2018	2035	Mensal	Não houve resposta
		14	Destinação adequada do lodo de ETA:	Equipe Local	-	-	-	Não houve resposta
			Elaboração de projeto para destinação do Lodo das ETA's do Município.	180.000,00	2016	2018	Único	Não houve resposta
			Execução das Obras de destinação do Lodo das ETA's do Município.	880.000,00	2018	2020	Único	Não houve resposta
		15	Regularizar a situação de outorga da captação do Rio Doce	Equipe Local	2016	2016	-	x
		16	Investir em estudos e projetos visando obtenção de técnicas adequadas	30.000,00	2016	2018	Único	Não houve resposta
03- Ampliação ao atendimento – "Água Para Todos"	03- AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO - "Água Para Todos"	17	Hidrometrar todas as residências da sede e distritos que possuem economias conjugadas em uma única ligação.	1.225.500,00	2016	2025	Único	Não houve resposta
		18	Ampliar reservação do sistema IV da sede e distritos: Elaborar Projeto para ampliação do sistema de Reservação do Bairro Colúmbia.	25.000,00	2016	2017	Único	x
			Implantação das obras de Ampliação do Sistema de Reservação do Bairro Columbia	200.000,00	2018	2020	Único	x
		19	Construção de novos sistemas em áreas não atendidas na zona rural	1.000.000,00	2017	2035	Único	Não houve resposta
		20	Atendimento de água tratada para a comunidade de São Salvador	350.000,00	2016	2017	Único	x
		21	Melhoria e ampliação do SAA do Bairro Gordiano Guimarães (captação e ETA)	1.200.000,00	2016	2020	Único	Não houve resposta
		22	Implantação de Nova Captação de água e reservatório de distribuição no distrito de Boapaba.	450.000,00	2016	2017	Único	Não houve resposta
		23	Construção de Captação (Rio Pancas) e tratamento no distrito de Ângelo Frechiani (Reta Grande).	1.200.000,00	2016	2020	Único	Não houve resposta
04- Água de Qualidade	04- Água de Qualidade	24	Manutenção nos sistemas das localidades de pequeno porte.	100.000,00	2016	2035	Trimestral	Não houve resposta
		25	Contratar, capacitar e treinar operador da sede e dos distritos.	60.000,00	2016	2035	Anual	x
		26	Implantar o monitoramento mensal na água tratada nas localidades de	25.000,00	2016	2035	Semestral	x

			pequeno porte (distritos).					
		27	O Vigiágua deve identificar os focos de doenças de veiculação hídrica na zona rural, e providenciar as análises da água consumida, tomando as ações necessárias quando os resultados estiverem fora do padrão de potabilidade.	Equipe Local	2016	2035	Mensal	x
		28	Fortalecer a interação entre SANEAR e o Vigiágua visando diagnosticar e resolver, com rapidez, as causas das doenças diarreicas notificadas na área urbana.	Equipe Local	2016	2035	Único	x
		29	Aquisição de novos equipamentos para os laboratórios das ETAs da sede	300.000,00	2016	2018	Único	x
05- Plano de controle operacional e de perdas no sistema	05- Controle operacional e de perdas no sistema	30	Treinar os operadores e técnicos das ETAs da sede e distritos para atuarem de forma correta durante eventuais períodos de estiagem, problemas com bombas, aumento de turbidez e demais manobras operacionais de emergência.	20.000,00	2017	2035	Anual	x
		31	Sistematizar o serviço de caça-gato – ligações clandestinas	80.000,00	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		32	Manutenção e reparo no SAA (rede, hidrômetro, bomba dos poços, reservatórios) dos distritos.	100.000,00	2016	2035	Semestral	x
		33	Melhorias na micromedicação, com manutenção e troca de hidrômetros da Sede e dos Distritos	500.000,00	2016	2020	Único	x
		34	Substituição da rede de distribuição antiga da sede e distritos	7.587.200,00	2016	2025	Único	Não houve resposta
		35	Elaboração e atualização de cadastro georeferenciado de redes e instalações do sistema	Equipe Local	2016	2025	-	x
		36	Implantação de sistema de telemetria e automatização de todo o sistema de abastecimento de água(Redes, reservatórios, elevatórias, ETA's).	600.000,00	2016	2035	Anual	x
		37	Implantação de macromedicação no Sistema de Abastecimento de Água	2.250.000,00	2016	2025	Único	x
		38	Reforma dos reservatórios da Sede	1.900.000,00	2016	2025	Único	Não houve resposta
		39	Reforma da ETA I e ETA II	4.000.000,00	2016	2019	Único	x
		40	Melhorias na ETA do Distrito de São Gabriel de Baunilha	140.000,00	2016	2017	Único	Não houve resposta
06- Interface com a comunidade – “Água da Comunidade”	06- Interface com a comunidade – “Água da Comunidade”	42	Instituir gabinete de crise para gerenciamento participativo de secas e crises hídricas decorrentes de eventos climáticos extremos.	20.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		43	Adotar como prática o retorno à população sobre como ela colaborou no processo de elaboração dos planos e estudos desenvolvidos pelo Município.	Equipe Local	2017	2035	-	Não houve resposta

		44	Dar ampla divulgação dos dados de qualidade da água através de informativos sintéticos e objetivos, além de informar os investimentos no setor de abastecimento de água.	10.000,00	2017	2035	Trimestral	x
		45	Adotar como prática um mecanismos de escuta às demandas da população em relação ao abastecimento de água.	Equipe Local	2017	2035	-	x
		46	Adotar como prática o mecanismo de respostas individuais às denúncias efetuadas pelos munícipes, demonstrando como este comportamento contribuiu para minimizar problemas de abastecimento de água	Equipe Local	2017	2035	-	x
07- Revisão das tarifas – “Tarifa Justa”	07- Revisão das tarifas – “Tarifa Justa”	47	Promover o realinhamento tarifário, com mecanismo claro de atualização anual – Elaborar estudo.	50.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		48	Assistir a população de baixa renda	Equipe Local	2015	2017	-	x
08- Gestão Estratégica do Abastecimento	08-Gestão Estratégica de Abastecime nto de Água	49	Desenvolver capacitação gerencial e de elaboração de projetos para os gestores da área.	10.000,00	2016	2035	Anual	x
		50	Aprimorar a interlocução com órgãos correlatos de saneamento básico, a fim de realizar parcerias para implementação de projetos;	Equipe Local	2016	2035	-	Não houve resposta
		51	Sistematizar as informações dos sistemas de abastecimento de água estabelecendo instrumentos de coleta de dados, relatórios analíticos e de resultados das ações realizadas;	Equipe Local	2016	2035	-	Não houve resposta
		52	Implantar mecanismo de registro e acompanhamento das demandas relativas aos serviços de abastecimento de água.	Equipe Local	2016	2035	-	Não houve resposta
		53	Regularização Fundiária: regularizar as licenças e terrenos onde funcionam as unidades operacionais e administrativas do SANEAR	60.000,00	2016	2035	Único	Não houve resposta
		54	Cotação de terreno para regularização fundiária	Equipe Local	2016	2017	-	Não houve resposta
09- Garantia de atendimento ao consumo com Eficiência energética e operacional	09- Garantia de atendimento ao consumo com Eficiência energética e operacional	55	Melhorar os sistemas de captação da sede (reformas na estrutura física, manutenção operacional e instalação de novas bombas).	4.000.000,00	2016	2020	Único	Não houve resposta
		56	Melhorias na estrutura física e operacional das elevatórias	2.400.000,00	2016	2019	Único	Não houve resposta
		57	Elaboração de Estudo com Plano Diretor para ampliação das redes e Adutoras da Sede	400.000,00	2016	2025	Único	Não houve resposta
		58	Ampliação das redes de distribuição e adução da SEDE, atendendo ao disposto no plano diretor	10.000.000,00	2016	2035	Único	Não houve resposta
		59	Ampliação do Sistema de Reservação dos distritos e SEDE	3.500.000,00	2016	2035	Único	Não houve resposta
Total de ações: 51				Total que foi realizado: 22			Percentual Atendido 43,14%	

EIXO: Esgoto

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade e do Custo	Realizado
10- ESGOTO URBANO	10- CONSTRUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES ANTIGAS	60	Projeto de redes para os bairros que ainda não são atendidos	2.500.000,00	2016	2017	Único	x
		61	Construção de redes nos bairros que ainda não são atendidos	12.000.000,00	2017	2030	Único	Não houve resposta
		62	Substituição das redes antigas na sede	52.500.000,00	2017	2025	Único	Não houve resposta
		63	Prever execução de novas redes de esgoto com capacidade de vazão superior as existentes, visando adequar o sistema de coleta ao acréscimo das contribuições de esgoto, gerado pela implantação dos loteamentos particulares	R\$ 700,00/metro de rede	2016	2035	-	Não houve resposta
		64	Realizar obras de retirada das ligações domiciliares de esgoto existentes em fossas, canais, valões, córregos e redes de drenagem, remanejando as interligações dos ramais domiciliares para as redes que conduzem o esgoto a ETE Barbados	2.000.000,00	2016	2020	Único	Não houve resposta
		65	Realizar campanhas para a adesão da população, e efetivar as ligações na rede	Equipe Local	2016	2035	-	Não houve resposta
		66	Realizar cadastro georreferenciado das redes existentes e futuras	300.000,00	2016	2019	Único	Não houve resposta
	11- FINALIZAÇÃO DA ETE DA SEDE	67	Finalizar a construção da ETE da sede	Equipe Local	2016	2016	-	x
		68	Implantação de sistema de telemetria para controle operacional das estações elevatórias e redes de recalque, existentes e futuras	240.000,00	2017	2035	Anual	x
	12- REFORMA OU SUBSTITUIÇÃO DA ETE COLUMBIA 13- REFORMA OU SUBSTITUIÇÃO DA ETE ACAMPAMENTO	69	Estudos para definir qual alternativa possui o melhor custo benefício, seja reaproveitar a ETE existentes ou construir uma nova	2.000.000,00	2016	2016	Único	Não houve resposta
		70	Projetos de acordo com a definição do Estudo	2.000.000,00	2016	2016		Não houve resposta
		71	Execução das obras conforme definição de estudo e projeto	2.000.000,00	2016	2018		Não houve resposta
		72	Estudos para definir qual alternativa possui o melhor custo benefício, seja reforma da ETE, construção de nova ETE no mesmo local, ou construção de nova ETE em outro local	1.500.000,00	2016	2016	Único	x
		73	Projetos de acordo com a definição do Estudo	1.500.000,00	2016	2016		x
		74	Execução das obras conforme definição de estudo e projeto	1.500.000,00	2016	2018		x
	14- CONSTRUÇÃO DE SES PARA OS BAIRROS 15 DE OUTUBRO E GORDIANO GUIMARÃES	75	Execução de projeto executivo para conclusão da rede coletora, estação elevatória e Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Gordiano Guimarães	Equipe Local	2016	2016	-	Não houve resposta
		76	Execução das obras da ETE e conclusão das obras das redes e Elevatórias do Bairro Gordiano Guimarães	1.500.000,00	2016	2018	Único	Não houve resposta

		77	Conclusão do sistema de coleta de esgoto do Bairro XV de Outubro	2.000.000,00	2017	2017	Único	
	15- GESTÃO DOS VALORES DE OUTORGAS E DOS PROJETOS DE NOVOS LOTEAMENTOS	78	Analisar os valores de outorga atuais e os valores de lançamento de esgoto no rio Doce, e a partir disso, atualizar os valores de outorga	Equipe local	2016	2016	-	x
		79	Definição de procedimentos para a aprovação da viabilidade técnica e projetos hidrossanitários de novos loteamentos	Equipe local	2016	2016	-	x
	16- CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE LIGAÇÃO/INSPEÇÃO DOMICILIARES	80	Contratar empresa para identificar os ramais de ligações domiciliares	600.000,00	2016	2026	Anual	Não houve resposta
		81	Executar as caixas de ligação/inspeção	600.000,00	2016	2026		Não houve resposta
	17- REFORMA NAS ETES EXISTENTES	82	Estudos de concepção inicial para entender qual alternativa possui o melhor custo benefício, seja manutenção para aumentar a eficiência, ampliação ou substituição das ETES por tratamento mais adequado.	600.000,00	2017	2020	Único	Não houve resposta
		83	Desenvolvimento dos projetos da alternativa vencedora.	600.000,00	2017	2020		Não houve resposta
		84	Execução das obras dos projetos da alternativa vencedora.	600.000,00	2017	2020		Não houve resposta
	18- REFORMA OU CONSTRUÇÃO DE TRATAMENTO PARA O DISTRITO DE ITAPINA	85	Estudos de concepção inicial para entender qual alternativa possui o melhor custo benefício, seja reforma da estrutura existente ou substituição das ETES por tratamento mais adequado.	495.000,00	2017	2019	Único	Não houve resposta
		86	Desenvolvimento dos projetos da alternativa vencedora.	495.000,00	2017	2019		Não houve resposta
		87	Execução das obras dos projetos da alternativa vencedora.	495.000,00	2017	2019		Não houve resposta
11- TRATAMENTO NOS DISTRITOS E COMUNIDADES	19- CONSTRUÇÃO DE ETE PARA O DISTRITO DE GRAÇA ARANHA	88	Estudo de concepção para construção de tratamento para área urbana do distrito	950.000,00	2019	2021	Único	Não houve resposta
		89	Execução do projeto de construção do tratamento para a área urbana do distrito	950.000,00	2019	2021		Não houve resposta
	20- CONSTRUÇÃO DE REDE PARA TODA ÁREA URBANA DOS DISTRITOS	90	Projeto de redes para os domicílios das áreas urbanas dos distritos que ainda não são atendidos	1.400.000,00	2016	2017	Único	Não houve resposta
		91	Construção de redes nas áreas ainda não atendidas, inclusive áreas ribeirinhas	1.400.000,00	2017	2018		Não houve resposta
		92	Realizar campanhas para a adesão da população, e efetivar as ligações na rede	180.000,00	2018	2035	Único	Não houve resposta
	21- CONSTRUÇÃO DE SES PARA O DISTRITO DE BAUNILHA	93	Estudo de concepção para construção de tratamento para área urbana do distrito	1.500.000,00	2017	2018	Único	Não houve resposta
		94	Execução do projeto de construção do tratamento para a área urbana do distrito	1.500.000,00	2017	2018		Não houve resposta
	22- CONCLUSÃO	95	Projeto de redes para os domicílios ainda não atendidos	400.000,00	2016	2017	Único	Não houve resposta

	DE REDE PARA O DISTRITO DE BOAPABA		Construção de redes nessas áreas ainda não atendidas	400.000,00	2016	2017		
		96	Realizar campanhas para a adesão da população, e efetivar as ligações na rede	400.000,00	2016	2017		Não houve resposta
12- ESGOTO RURAL	23- Esgotamento Sanitário nas pequenas localidades, distritos e população dispersa - área rural	97	Realizar diagnóstico/cadastramento da situação das Pequenas localidades, distritos e população dispersa, com algum tipo de sistema de esgoto existente e/ou sem sistema, soluções unifamiliares.	8.000,00	2016	2018	Único	Não houve resposta
		98	Criar um banco de dados com os os resultados/dados levantados no diagnóstico e manter a atualização: identificação, tipo de tratamento, população atendida, prazo de funcionamento, ação de desativação, qualidade do efluente, entre outras	Equipe local	2016	2019	-	Não houve resposta
		99	Elaborar projetos e executar obras de melhoria/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário existentes e implantação de novos sistemas - universalização.	4.000.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		100	Elaborar projetos e executar obras de melhoria e/ou implantação de solução unifamiliar para esgotamento sanitário da população dispersa - universalização.	2.874.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		101	Propor a substituição de fossas rudimentares exstente por fossas sépticas nas soluções unifamiliares.	788.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		102	Realizar licenciamento ambiental, regularizar a situação dos sistemas de esgoto das áreas rurais junto aos órgãos ambientais competentes	Equipe local	2016	2035	-	Não houve resposta
		24- Gestão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - Rural	103	Criar estrutura para operar/manter os sistemas de esgotamento sanitário coletivos	Equipe Local	2016	2020	-
	104		Criar estrutura para dar suporte e manutenção aos sistemas de esgotamento sanitário unifamiliares	Equipe Local	2016	2019	-	Não houve resposta
	105		Estabelecer Convênios de Cooperação Técnica para suporte à operação/manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário coletivos	Equipe Local	2016	2020	-	Não houve resposta
	13- ACOMPANHAMENTO	25- Manutenção e monitorament o adequados dos sistemas de esgotamento sanitário existentes no município	106	Treinamento adequado para a operação das ETES, a fim de aumentar a eficiência das mesmas (por ano)	57.000,00	2016	2035	Anual
107			Operação e manutenção de todo o sistema (por ano, considerando todas as ETES do município)	3.500.000,00	2016	2035	Anual	x
108			Análises da eficiência das ETES (por ano, considerando todas as ETES do município)	432.000,00	2016	2035	Anual	x
Total de ações: 49				Total que foi realizado: 11			Percentual Atendido 22,45%	

EIXO: Resíduos Sólidos

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade e do Custo	Realizado
14- ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS	26- Gestão sustentável dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos	109	Elaborar ou contratar projeto para a organização de estrutura administrativa e de fiscalização com a elaboração de regulamentos para procedimentos a serem adotados no município quanto a gestão e gerenciamentos dos resíduos sólidos	100.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		110	Desenvolver institucionalmente as entidades municipais que atuam no setor de resíduos sólidos por meio de ações de capacitação técnica e gerencial de gestores públicos, assistência técnica, elaboração de manuais e cartilhas, dentre outros.	100.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		111	Estabelecer sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007.	100.000,00	2016	2017	Anual	x
		112	Estabelecer procedimentos de monitoramento do SLPMS por meio de indicadores quantitativos e qualitativos voltadas à questão da segregação e acondicionamento adequado dos resíduos sólidos para a coleta seletiva, a atuação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e às questões relacionadas ao tratamento dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos	140.000,00	2017	2016	Anual	Não houve resposta
	27- Reestruturação do sistema de limpeza pública municipal	113	Elaborar ou contratar a elaboração de plano de varrição que contemple a varrição na sede e nos distritos em 100% das ruas pavimentadas.	100.000,00	2016	2017	Anual	x
		114	Elaborar ou contratar a elaboração de plano para realização de serviços de capina, raspagem, limpeza de bocas de lobo, limpeza de cemitérios, limpeza de feiras livres e eventos Públicos, poda de árvores e jardins.	100.000,00	2016	2017	Anual	x
		115	Elaborar ou contratar a elaboração de plano para realização de serviços de capina, raspagem, limpeza de bocas de lobo, limpeza de cemitérios, limpeza de feiras livres e eventos Públicos, poda de árvores e jardins.	100.000,00	2016	2017	Anual	x
		116	Elaborar plano de coleta com roteirização e pesagem dos RSU coletados e transportados e redimensionamento de frota para coleta convencional, bem como da equipe operacional.	100.000,00	2016	2017	Anual	x
	28 (Projeto Consorciado - Condoeste)- Sistema	117	Elaborar termo de referência para contratação do sistema de informação	Ação Consorciada	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		118	Contratar empresa especializada	Ação	2018	2019	Anual	Não houve

15- COLETA SELETIVA COM INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES	Municipal de Informação sobre Resíduos		para elaboração do sistema de informação	Consorticiada				resposta
		119	Implantar o sistema de informação	Ação Consorticiada	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		120	Realizar capacitação e treinamento para servidores e público alvo para utilização do sistema	Ação Consorticiada	2020	2025	Anual	Não houve resposta
		121	Monitorar e divulgar os dados recebidos pelo sistema de informação	Ação Consorticiada	2020	2035	Anual	Não houve resposta
	29- Coleta seletiva de recicláveis	122	Elaborar ou contratar a elaboração de projeto de ampliação da coleta seletiva.	400.000,00	2016	2016	Único	Não houve resposta
		123	Aquisição de frota e equipamentos compatíveis com o projeto de ampliação do projeto	600.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		124	Implantar a coleta seletiva com a participação de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, como prestadores de serviços devidamente contratadas pelas administrações públicas municipais e em parceria com os atores da sociedade civil. (Valor varia com os serviços contratados: coleta seletiva, triagem, mobilização)	960.000,00	2016	2035	Anual	x
		125	Elaboração de plano de comunicação	80.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		126	Elaboração de material de divulgação	80.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		127	Mobilização dos moradores	60.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		128	Monitorar a coleta seletiva	Equipe Local	-	-	Anual	x
	30- Fortalecimento de associações/cooperativa de catadores	129	Contribuir com a organização de catadores, promovendo o fortalecimento das cooperativas, associações e redes, incrementando sua eficiência e sustentabilidade, principalmente no manejo e na comercialização dos resíduos, e também nos processos de aproveitamento e reciclagem.	Equipe local	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		130	Promover a criação de novas cooperativas e associações de catadores, priorizando a mobilização para a inclusão de catadores informais nos cadastros de governo e ações para a regularização das entidades existentes.	Equipe local	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		131	Promover a articulação em rede das cooperativas e associações de catadores.	Equipe Local	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		132	Incentivar ações de capacitação técnica e gerencial permanente e continuada dos catadores e dos membros das cooperativas e associações, de acordo com o nível de organização, por meio da atuação de instituições técnicas, de ensino, pesquisa e extensão, terceiro setor e movimentos sociais, priorizando as associações, cooperativas e redes de cooperativas de catadores.	50.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta

16- APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ÚMIDOS	31- Compostagem dos RSU úmidos limpos	133	Elaborar ou contratar a elaboração de projeto de coleta e compostagem dos RSU úmidos limpos.	Equipe Local	2016	2017	Único	
		134	Preparação do edital para projeto de coleta e compostagem dos RSU úmidos limpos, Licitação dos projetos.	Equipe Local	2017	2018	Único	Não houve resposta
		135	Contratação dos projetos, elaboração dos projetos	300.000,00	2018	2019	Anual	Não houve resposta
		136	Preparação do edital para obra Licitação das obras e equipamentos, Contratação das obras.	Equipe Local	2019	2019	Único	Não houve resposta
		137	Implantar o projeto de Compostagem de RSU úmidos secos	600.000,00	2019	2020	Anual	Não houve resposta
		138	Operar o projeto de Compostagem de RSU úmidos secos	160.000,00	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		139	Implementar melhorias na segregação da parcela úmida dos RSU oriundos de comércio, feiras, e grandes geradores de forma a propiciar a obtenção de uma fração orgânica de melhor qualidade, otimizando o seu aproveitamento.	Equipe Local	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		140	Implementar medidas para aproveitamento do potencial dos materiais provenientes de capinação e poda de árvores, integrando ao processo de compostagem.	Equipe Local	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		141	Elaborar cartilhas e manuais orientadores bem como realizar atividades de capacitação dos gestores públicos, associações, cooperativas de catadores, organizações da sociedade civil, comunidade em geral, produtores familiares e extensionistas rurais, sobre a importância de uma adequada segregação na fonte geradora e tratamento por compostagem domiciliar e as oportunidades de aproveitamento dos materiais dela decorrentes.	80.000,00	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		142	Elaborar ou contratar a elaboração de projeto de compostagem domiciliar como destino do resíduo orgânico, quando de baixo volume gerado.	80.000,00	2020	2022	Anual	Não houve resposta
	32 (Projeto Consorciado - Condoeste)- Reaproveitamento energético dos RSU úmidos	143	Preparação do edital para Estudo de Viabilidade técnica e econômica e ambiental do aproveitamento energético do biogás gerado ou em biodigestores e outras tecnologias visando à geração de energia partir da parcela úmida de RSU coletados. (Ação consorciada - Projeto ES Sem Lixão)	Ação Consorciada	2018	2018	Único	Não houve resposta
		144	Licitação do Estudo de Viabilidades (Ação consorciada - Projeto ES Sem Lixão)	Ação Consorciada	2019	2019	Único	Não houve resposta
		145	Contratação do estudo de viabilidade (Ação consorciada - Projeto ES Sem Lixão)	Ação Consorciada	2020	2021	Anual	Não houve resposta
		146	Avaliação e tomada de decisão	Ação	2021	2021	Único	Não houve

			(Ação consorciada - Projeto ES Sem Lixão)	Consorticiada				resposta
17- GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS ESPECIAIS	33- Fortalecimento da gestão dos RCC	147	Elaborar ou contratar a elaboração de instrumento normativo estabelecendo os procedimentos para classificação do pequeno e grande gerador e os procedimentos que os geradores devem adotar quanto à coleta e transporte e destinação final dos RCC.	60.000,00	2016	2016	Única	Não houve resposta
		148	Realizar ações de capacitação permanente para público alvo, considerando as especificidades locais.	30.000,00	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		149	Promover ações de fiscalização das construções realizadas no município, com exigência da apresentação do Plano de Gerenciamento de RCC, para obtenção de licenças de execução.	Equipe Local	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		149	Elaborar projeto de coleta e destinação de Resíduos de Construção Civil - RCC dos pequenos geradores, com possibilidade de prestação do serviço aos grandes geradores de RCC, com cobrança pelo serviço.	300.000,00	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		150	Implantar projeto de destinação ambientalmente adequada dos RCC dos pequenos geradores, com possibilidade de prestação do serviço aos grandes geradores de RCC, com cobrança pelo serviço.	160.000,00	2018	2035	Anual	Não houve resposta
	34- Fortalecimento da gestão dos RSS	151	Elaborar instrumento normativo estabelecendo os procedimentos que os geradores devem adotar quanto a coleta e transporte e destinação final dos RSS.	60.000,00	2016	2016	Única	x
		152	Realizar ações de capacitação permanente para público alvo, considerando as especificidades locais.	30.000,00	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		153	Promover ações de fiscalização dos serviços de saúde, com exigência da apresentação do Plano de Gerenciamento de RSS, para obtenção do alvará sanitário e alvará de funcionamento.	Equipe Local	2016	2035	Anual	x
		154	Elaborar projeto de coleta e destinação ambientalmente adequada dos RSS gerados pelas unidades de serviço de saúde municipais, com possibilidade de prestação do serviço aos demais geradores de RSS, com cobrança pelo serviço.	20.000,00	2017	2018	Anual	x
		155	Implantar projeto de coleta e destinação ambientalmente adequada dos RSS gerados pelas unidades de serviço de saúde municipais, com possibilidade de prestação do serviço aos demais geradores de RSS, com cobrança pelo serviço.	100.000,00	2017	2035	Anual	x
	35- Coleta de móveis usados e	156	Elaborar o termo de referência para contratação de projeto de coleta seletiva de móveis usados de	Equipe Local	2016	2016	Única	Não houve resposta

	inservíveis		inservíveis com direcionamento para a coleta programada, propiciando renda e inclusão social para as organizações de catadores e pessoas de baixa renda.					
		157	Preparação do edital para projeto, Licitação dos projetos,	Equipe Local	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		158	Contratação dos projetos, elaboração dos projetos	120.000,00	2018	2019	Anual	Não houve resposta
		159	Preparação do edital para obra Licitação das obras do galpão de recebimento, triagem e armazenamento temporário;	Equipe Local	2020	2020	Única	Não houve resposta
		160	Contratação das obras Execução das obras	600.000,00	2020	2022	Anual	Não houve resposta
		161	Preparação do edital para compra de equipamentos, Licitação da compra dos equipamentos	Equipe Local	2020	2020	Única	Não houve resposta
		162	Realizar a coleta e destinação de móveis usados de inservíveis	200.000,00	2022	2035	Anual	x
		163	Monitorar o projeto de coleta e destinação de móveis usados de inservíveis	Equipe Local	2022	2035	Anual	Não houve resposta
		164	Implementar melhorias na segregação e coleta seletiva de móveis usados de inservíveis com direcionamento para a coleta programada, propiciando renda e inclusão social para as organizações de catadores e pessoas de baixa renda.	Equipe Local	2022	2035	Anual	Não houve resposta
	36- Coleta de óleo de cozinha	165	Elaborar projeto de coleta e destinação de óleo de cozinha usado com inclusão social de população de baixa renda. (O caminhão pode ser o mesmo da Coleta de móveis usados)	Equipe Local	2016	2016	Única	Não houve resposta
		166	Definição do local	Equipe Local	2016	2016	Única	Não houve resposta
		167	Adequação do local	200.000,00	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		168	Compra dos equipamentos e materiais	250.000,00	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		169	Implantação do projeto de coleta e destinação de óleo de cozinha usado	200.000,00	2018	2035	Anual	Não houve resposta
		170	Monitorar o projeto de coleta e destinação de óleo de cozinha usado	Equipe Local	2018	2035	Anual	Não houve resposta
		171	Implementar melhorias na segregação e coleta seletiva de óleos e gorduras domiciliares, comerciais e industriais, com direcionamento para a coleta programada, para produção de orgânicos, de biodiesel de outros subprodutos, propiciando renda e inclusão social para as organizações de catadores e pessoas de baixa renda.	Equipe Local	2018	2035	Anual	Não houve resposta
18- GERADORES	37- Gestão sustentável dos resíduos	172	Elaborar ou contratar a elaboração de instrumento normativo estabelecendo os procedimentos que	60.000,00	2017	2017	Única	Não houve resposta

RESPONSÁVEIS	sólidos industriais		os geradores devem adotar quanto a coleta e transporte e destinação final dos resíduos, incluindo a recuperação de áreas degradadas por suas atividades.					
		173	Realizar ações de capacitação permanente para público alvo, considerando as especificidades locais em parceria com as empresas.	30.000,00	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		174	Estabelecer procedimentos de monitoramento dos resíduos gerados pelas empresas instaladas no município com indicadores quantitativos e qualitativos voltadas às etapas de manejo dos resíduos.	Equipe Local	2017	2017	Única	Não houve resposta
		175	Promover ações de fiscalização das empresas instaladas no município, com exigência da apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos para obtenção do alvará de funcionamento.	Equipe Local	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		176	Incentivar a gestão coletiva e integrada dos resíduos sólidos, tomando-se por base os arranjos produtivos	Equipe Local	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		177	Fomentar a destinação adequada dos resíduos gerados pelas empresas/indústrias para as associações/cooperativas de catadores de materiais reaproveitáveis e outros projetos desenvolvidos pelo município, quando cabível.	Equipe Local	2017	2035	Anual	Não houve resposta
	38- Fortalecimento da gestão dos resíduos sólidos com logística reversa obrigatória	178	Elaborar ou contratar a elaboração de instrumento normativo estabelecendo os procedimentos a atuação do município na fiscalização dos SLR já em operação por força de Resoluções do CONAMA e a forma de participação nos novos sistemas que serão definidos a partir dos acordos setoriais firmados no âmbito federal e/ou estadual.	100.000,00	2019	2020	Anual	Não houve resposta
		179	Realizar ações de capacitação permanente para público alvo, considerando as especificidades locais.	30.000,00	2020	2035	Anual	Não houve resposta
		180	Estabelecer procedimentos de monitoramento dos resíduos sujeitos a logística reversa	Equipe Local	2019	2020	Anual	Não houve resposta
		181	Promover ações de fiscalização no setor industrial e comércio local, a fim de avaliar o cumprimento das legislações pertinentes aos resíduos sujeitos à logística reversa	Equipe Local	2020	2035	Anual	Não houve resposta
19- DESTINO CORRETO	39 (Projeto Consorciado - Condoeste)- Aterro sanitário	182	Encaminhar os RSU para aterro sanitário ambientalmente licenciado em outro município	800.000,00	2016	2035	Anual	x
		183	Implantar e monitorar sistema de indicadores de desempenho para o sistema de disposição final de rejeitos	Equipe Local	2016	2035	Anual	Não houve resposta

		184	Implantação de aterro sanitário regional de forma associada com município integrantes do Condoeste (Ação consorciada - CONDOESTE).	Ação Consorciada	2019	2021	Anual	Não houve resposta
20- RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR resíduos	40- Lixão zero	185	Elaborar ou contratar a elaboração de Plano de gerenciamento de áreas degradadas.	200.000,00	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		186	Elaborar os projetos de recuperação e monitoramento de áreas degradadas por lixões e aterros controlados conforme plano de gerenciamento de áreas degradadas.	200.000,00	2017	2018	Anual	Não houve resposta
		187	Executar os projetos de recuperação de áreas degradadas por lixões e aterros controlados.	200.000,00	2018	2035	Anual	Não houve resposta
		188	Implantar projeto de monitoramento.	Equipe Local	2018	2035	Anual	Não houve resposta
	41- Ponto Limpo	189	Mapear os pontos viciados existentes.	Equipe Local	2016	2016	Única	x
		190	Elaborar ou contratar a elaboração de Plano de gerenciamento de pontos viciados.	120.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		191	Elaborar os projetos de recuperação e monitoramento dos pontos viciados.	120.000,00	2016	2017	Anual	Não houve resposta
		192	Executar e monitorar o Plano de gerenciamento de pontos viciados	Equipe Local	2016	2035	Anual	Não houve resposta
		193	Executar os projetos de recuperação dos pontos viciados	100.000,00	2017	2035	Anual	Não houve resposta
		194	Elaborar programa de educação ambiental e comunicação social para o público alvo	100.000,00	2017	2017	Única	Não houve resposta
		195	Monitorar o projeto de recuperação dos pontos viciados	Equipe Local	2017	2035	Anual	Não houve resposta
Total de ações: 87				Total que foi realizado: 14		Percentual Atendido 16,09%		

EIXO: Drenagem

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade e do Custo	Realizado
21- Manutenção Preventiva do Sistema de Drenagem	42- Manutenção Preventiva do Sistema de Drenagem	196	Estabelecer rotina de visita de campo na macrodrenagem com intuito de vistoriar a presença de resíduos urbanos e assoreamento, determinando a necessidade de limpeza dos trechos em função do comprometimento das seções.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		197	Efetuar limpeza das galerias de macrodrenagem urbana à jusante dos pontos concorrência de acúmulo de água no mês de setembro (antes do período de chuvas intensas), com atenção aos trechos sensíveis.	200.000,00	2016	-	Anual	Não analisado
		198	Efetuar limpeza e desassoreamento dos córregos/canais urbanos no mês de setembro (antes do período de chuvas intensas) nos trechos com acúmulo de água, com atenção aos trechos sensíveis.	130.000,00	2016	-	Anual	Não analisado
		199	Articulação junto a Secretaria	Equipe	2016	-	Anual	Não

			Municipal de Obras e Serviços Urbanos com o intuito de certificar se as rotinas de limpeza dos dispositivos de drenagem e varrição de rua estão sendo realizadas.	Local				analisado
22- Revegetação das Margens nos Cursos D'água Naturais da Área Urbana	43- Revegetação das Margens nos Cursos D'água Naturais da Área Urbana	200	Recuperar as matas ciliares com acompanhamento técnico por meio do plantio de mudas de espécies nativas visando atender o Código Florestal (pelo menos garantir uma faixa marginal de 15 metros) nos trechos dos cursos d'água dentro da área urbana consolidada.	950.000,00	2016	2026	-	Não analisado
		201	Articulação com a secretaria de Agricultura com o intuito de incentivar a recuperação das matas ciliares na área rural.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		202	Fiscalização semestral da ocupação das margens dos cursos d'água	Equipe Local	2016	-	Semestral	Não analisado
		203	Elaborar projeto de educação ambiental com perspectiva de preservação e recuperação das matas ciliares.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
23- Plano de Águas Pluviais	44- Plano de Águas Pluviais	204	Restituição altimétrica (curva de nível 5/5m + pontos cotados) + ortomosaico digital 25CM/PX	Está sendo realizado pelo IEMA	Em Andamento	2020	Único	Não analisado
		205	Restituição altimétrica (Curva de Nível 1/1m + Pontos Cotados) + ortomosaico digital 25CM/PX.	1.000.000,00	2018	2022	Único	Não analisado
		206	Realizar cadastramento da macrodrenagem maior que DN 600 mm; com informações de material, seção, comprimento do trecho e cotas de nível. Organizar os dados levantados em campo de forma georeferenciada em plataforma AutoCAD, ArcGIS ou similar, que possa ser alimentado ao longo do tempo com as informações de trechos em áreas de acúmulo de água, obstruções e ações de manutenções.	300.000,00	2016	2024	Único	Não analisado
	45- Elaboração do Plano de Águas Pluviais para Áreas ainda não Contempladas	207	Elaborar o plano de águas pluviais contendo minimamente: - Modelagem hidrológica e dimensionamento hidráulico da macrodrenagem das sub-bacias urbanas. - Indicar medidas estruturais e não estruturais para otimizar o sistema de macrodrenagem, em função dos problemas identificados durante o diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento - Eixo Drenagem. - Elaborar orçamentos e cronogramas de implantação das alternativas.	700.000,00	2024	2027	Único	Não analisado
24- Reestruturação da Gestão do Sistema de Drenagem	46- Reestruturação da Gestão do Sistema de Drenagem	208	Criar uma função comissionada de gestor do sistema de drenagem municipal (sugestão: indicação de um funcionário efetivo).	72.000,00	2016	-	Anual	Não analisado
		209	Criar e implementar rotinas de execução de limpeza dos dispositivos que compõem a macro e microdrenagem de maneira	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado

			articulada com as demais secretarias.					
		210	Realizar de maneira contínua vistorias na rede de drenagem do município buscando identificar e planejar intervenções necessárias ao funcionamento adequado do sistema.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		211	Monitorar carteira de indicadores para avaliar o desempenho do sistema municipal de drenagem.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		212	Monitorar investimentos, obras e intervenções, privadas ou públicas que possam resultar em impactos no sistema de drenagem do município e buscar uma articulação para que tais impactos sejam os menores possíveis.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		213	Monitorar junto aos governos estaduais e federais a possibilidade de convênio para realização de obras de intervenção de drenagem.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		214	Monitorar junto aos órgãos competentes os alertas de eventos extremos (precipitações extremas e vazão dos cursos d'água urbanos).	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		215	Realizar estudo para avaliar a implantação futura de cobrança de taxas de melhorias nas obras de Drenagem Urbana.	Equipe Local	2028	-	Único	Não analisado
		216	Articular a implantação de projetos habitacionais populares buscando diminuir o déficit habitacional e que tenham como público alvo a população afetada pelos problemas de inundação/alagamento.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
Total de ações: 21				Total que foi realizado: 0			Percentual Atendido 0	

EIXO: Outros

Programa	Projeto	Nº	Ações	Custo (R\$)	Início	Fim	Periodicidade e do Custo	Realizado
25- Fortalecimento da Fiscalização da Ocupação Urbana	47- Fortalecimento da Fiscalização da Ocupação Urbana	217	Definir estratégias de atuação dos fiscais com rotinas sistemáticas de fiscalização focadas no combate das principais infrações urbanísticas.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		218	Adotar uma política de remuneração dos fiscais que reflita a importância das funções que desempenham no município.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		219	Ampliar os canais de comunicação dos setores de fiscalização para receber denúncias de infrações à legislação urbanística.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
		220	Promover uma articulação entre as diversas fiscalizações que existem no município buscando a formação de uma rede que iniba infrações da legislação municipal que impactam o sistema de drenagem.	Equipe Local	2016	-	Anual	Não analisado
26- FORTALECIM	48- Fortalecimento	221	Promover capacitação permanente do Conselho nos moldes do	80.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado

ENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	o dos Conselhos Municipais		Ministério das Cidades.					
		222	Realizar oficinas em parceria com os Conselhos que resolvem assuntos relacionados ao Saneamento Básico junto aos CRAS, CREAS, EMEF's, etc	60.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
		223	Realizar Conferência de Meio Ambiente com ampla divulgação e participação social.	100.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
27- AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	49- Ampliação da Participação Social na Política Municipal de Saneamento Básico	224	Promover pesquisa para mapeamento das organizações da sociedade civil para viabilizar processos de ampliação dos sujeitos na área de Saneamento Básico.	50.000,00	2016	2035	Trienal	Não analisado
		225	Promover aproximação dos movimentos sociais e associativos que atuam na defesa do Direito à Cidade e ao Saneamento Básico.	10.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
		226	Fomentar grupos de usuários para formação de multiplicadores da defesa do "Direito ao Saneamento Básico".	20.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
28- PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	50- Promoção e divulgação da Política Municipal de Saneamento Básico	227	Criar uma política de comunicação sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.	30.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
		228	Elaborar material de divulgação e cartilhas para informar sobre os programas, projetos, ações, espaços de discussão e decisão da Política.	30.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
		229	Realizar audiências públicas e oficinas de divulgação da Política em parceria com os Conselhos que discutem e resolvem assuntos relacionados ao Saneamento Básico.	60.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
29- EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	51- EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	230	Capacitação de agentes para a participação dos munícipes nos espaços de controle social referentes à política de saneamento básico, visando a sua discussão, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais.	60.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
		231	Campanhas anuais e atividades integradas com a política de saúde para que a prática da educação ambiental ultrapasse a disponibilização de informações, e alcance um processo gradativo de conscientização da população em geral para a preservação e conservação do meio ambiente	50.000,00	2017	2035	Anual	Não analisado
		232	Criar e alimentar mecanismos que possam garantir um amplo processo de transparência e acesso às informações socioambientais do Município, através do site da prefeitura, da confecção de materiais impressos e eletrônico com facilidade de entendimento para população.	20.000,00	2017	2035	Contínuo	Não analisado
		233	Capacitação de agentes municipais de educação ambiental (professores, agentes de saúde, técnicos, gestores, etc) em caráter de	80.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado

			formação permanente e continuada em Educomunicação socioambiental, entendida como uma prática que está comprometida com a democratização dos meios e processos de comunicação, informação e educação de forma indissociável, promovendo o exercício da cidadania.					
		234	Realização de diagnósticos socioambientais nos bairros, que estimulem a avaliação constante pelos atores envolvidos a serem desenvolvidos em articulação com ONGs e Associações de moradores.	40.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
		235	Realizar a exibição de filmes, gincanas, caminhadas, com a temática ambiental de forma itinerante no município (cinema na praça).	100.000,00	2016	2035	Contínuo	Não analisado
		236	Criação e disponibilização permanente de um portal, que funcionará como observatório da EA no município, contribuindo para as revisões periódicas nas Conferências e para a transparência de informações sobre o que ocorre na área de educação ambiental.	80.000,00	2016	2035	Contínuo	Não analisado
		237	Criar e manter o serviço de ouvidoria pública como possibilidade de atendimento às demandas, reclamações e sugestões da comunidade.	80.000,00	2016	2035	Contínuo	Não analisado
30-FORMAÇÃO DE EDUCADORES/ AGENTES AMBIENTAIS	52- Formação de Educadores/ Agentes Ambientais	238	Revisão e implantação de um Projeto Político Pedagógico Municipal e nas unidades educacionais, capaz de promover processos educadores e ambientalistas integrados, que possibilitem uma Educação Ambiental não pontual, fragmentada, descontinuada e inócua, articulando iniciativas já existentes e novas.	20.000,00	2016	2035	Bienal	Não analisado
		239	Planejar e promover ações que propiciem constante e continuamente a educação a fim de desenvolver/estimular o senso crítico com vistas à democratização da informação ambiental envolvendo alunos e sociedade na multiplicação de conhecimentos sobre o meio ambiente	100.000,00	2017	2035	Contínuo	Não analisado
		240	Elaborar a produção e divulgação de materiais didáticos que retratem a realidade local, utilizando-se de ferramentas digitais, impressas, bem como estimular a divulgação das ações de educação ambiental, processos de mobilização social e, em especial, as ações de educomunicação nas redes de educação ambiental e outros espaços virtuais de relacionamento.	100.000,00	2017	2035	Anual	Não analisado
		241	Elaborar, de modo participativo com a	50.000,00	2017	2035	Anual	Não

			comunidade, e veicular, nos diversos meios disponíveis, campanhas com o foco direcionado a questões específicas como: separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos; criação de hortas escolares e comunitárias; captação, armazenamento e utilização da água da chuva; compostagem e outras formas de reaproveitamento dos resíduos orgânicos.					analisado
		242	Promover oficinas, minicursos e workshops temáticos em caráter permanente, para fomentar e animar a ação dos educadores ambientais populares.	60.000,00	2016	2035	Anual	Não analisado
Total de ações: 26				Total que foi realizado: 0			Percentual Atendido 0	

Resumo dos eixos Água, Esgoto e Resíduos:

Eixo	Quantidade de Ações	Ações Cumpridas	Percentual Atendido
Água	51	22	43,14 %
Esgoto	49	11	22,45 %
Resíduos	87	14	16,09 %

Pelas informações levantadas pela Equipe de Auditoria, foi possível constatar que diversas ações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina não vem sendo executadas dentro da meta temporal estabelecida, o que demanda certa preocupação com o cumprimento do planejamento estratégico estabelecido, especialmente pela ausência do real acompanhamento dos projetos, programas e ações.

3 CONCLUSÃO E PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Considerando que nas propostas de encaminhamento são consignadas as medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais que a equipe avalia que o gestor deva determinar ou recomendar que sejam adotadas para os fatos identificados;

Considerando que foram identificados indícios de descumprimento e/ou oportunidade de melhorias;

3.1 Seja dado ciência ao Chefe do Poder Executivo e ao Diretor-Geral do Sanear para análise e adoção junto a sua equipe das medidas recomendadas pela Equipe de Auditoria e/ou outras que entender cabíveis para sanar a irregularidade apontada no Relatório de Acompanhamento;

3.2 Recomendo adoção de medidas imediatas para atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Colatina em atendimento a legislação vigente, em especial quanto a nomeação por Decreto Municipal do Comitê de Gestão do PMSB formado pelas unidades gerenciais do plano e por representantes da sociedade civil, bem como a designação dos membros para compor a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação;

3.3 Adverte-se quanto as determinações da Decisão 03198/2023-8 – Plenário, no Processo nº. 03338/2018-1), do do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES quais sejam:

ACHADO 01 – A1 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado que inclua e/ou atualize, na revisão a ser feita até a data de 31/12/2022, de forma clara e inequívoca, as informações relacionadas na conclusão do Achado 1 (conforme descrição na Instrução Técnica Conclusiva 4778/2020). Recomendar ao jurisdicionado que providencie, antes da revisão do PMSB, uma revisão completa de todos os dados primários e secundários disponíveis no acervo da Prefeitura, principalmente daqueles exigidos no formulário do SNIS, abrangendo, além de informações sobre esgotamento sanitário, também aquelas sobre abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas. Por fim, em garantia ao cumprimento do § 3.º do Art. 40 da Lei 11.445/2007, determinar ao jurisdicionado que providencie, em até 90 dias, estudo para avaliar se a renda das famílias mais pobres da área urbana do Município é suficiente para garantir o acesso às condições de saneamento fornecidas pelo titular, em quantidade e qualidade mínimas previstas pela OMS, com ênfase nos ODS relativos a água limpa e saneamento, documento do qual o Brasil é signatário.

ACHADO 02 – A2 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado, após a readequação do Diagnóstico, reformular os objetivos e as metas na revisão do PMSB, a ser realizada até a data de 31/12/2022.

ACHADO 03 – A3 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado que, após a readequação do Diagnóstico, reelabore o estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços por ocasião da revisão do PMSB, até a data de 31/12/2022, para que, a partir de então, seja reformulada a atuação do Sanear.

ACHADO 04 – A4 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado que, após a readequação do Diagnóstico do PMSB, sejam reelaborados com detalhamento os programas, os projetos e as ações nele previstos até a data de 31/12/2022.

ACHADO 05 – A5 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado que, após a readequação do Diagnóstico do PMSB, reelabore os mecanismos e os procedimentos de avaliação sistemática da eficiência e da eficácia das ações programadas até a data de 31/12/2022.

ACHADO 06 – A6 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado que, após a readequação do Diagnóstico do PMSB, demonstre a compatibilidade do planejamento com o Plano de Bacia, incluindo informações como a carga dos efluentes lançados pelas ETEs e a quantidade de ligações irregulares na rede de drenagem, até a data de 31/12/2022.

ACHADO 07 – A7 - Improcedente. / Recomendar ao jurisdicionado que, para revisão do PMSB, a ser feita até 31/12/2022, nomeie uma equipe multidisciplinar, integrada por profissionais das diversas áreas que envolvem o planejamento do saneamento básico.

ACHADO 69 – A69 - Integralmente procedente. / Determinar ao gestor que efetive, no prazo de 180 dias, a instituição de uma entidade reguladora, nos moldes legalmente exigidos e mencionados, além da edição dos procedimentos que irão reger sua atuação. Determinar ao gestor, após a efetivação da entidade reguladora, assegurar publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços prestados, bem como aos direitos e deveres dos usuários e do prestador, por meio de sítio na internet, a eles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente da existência de interesse direto, nos termos do Art. 26, §§ 1.º e 2.º, da Lei 11.445/2007, do Art. 33 do Decreto 7.217/2010 e do Art. 38 da Lei Estadual 9.096/2008.

ACHADO 70 – A70 - Integralmente procedente. / Determinar ao jurisdicionado a adoção de providências corretivas, no prazo de 180 dias, incluindo: 1) identificação das áreas não servidas com infraestrutura de rede e as de ocupação irregular; 2) elaboração de cronograma de execução e detalhamento das ações e investimentos necessários para universalizar os serviços de esgotamento sanitário; 3) instituição e execução de fiscalizações para assegurar a execução dessas ações, a prestação e a qualidade dos serviços prestados; 4) cobrança sistemática de documentos comprobatórios das ações fiscalizadoras e dos resultados delas advindos; 5) publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação e/ou fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e do prestador, por intermédio de sítio na internet, a eles podendo ter acesso qualquer

cidadão, independentemente da existência de interesse direto, nos termos do Art. 26 da Lei 11.445/2007, do Art. 33 do Decreto 7.217/2010 e do Art. 38 da Lei Estadual 9.096/2008.

ACHADO 71 – A71 - Integralmente procedente. / Afasta-se a responsabilidade do Diretor-Geral do Sanear, mantendo-se a do Prefeito Municipal. Determinar ao Prefeito realizar, dentro de um prazo de 90 dias, um levantamento dos munícipes que não procederam à conexão do esgoto à rede coletora, bem como daqueles que mantêm ligações irregulares e clandestinas, e adotar as providências corretivas. Determinar ao Diretor-Geral do Sanear, fazer cumprir, no prazo de 90 dias, as obrigações relacionadas nos artigos 63 e 64 da Lei Municipal 6.576/2019 (antes artigos 63 e 64 da Lei Municipal 6.375/16), entre elas elaborar periodicamente relatórios contendo informações como: estado da rede, qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgoto e ações de manutenção e reparação realizadas e programadas.

3.4 Recomendo que as ações constantes no PMSB sejam contempladas nos orçamentos públicos municipais;

3.5 Ciência à autoridade responsável pela Controladoria-Geral do Município dos indicativos e das proposições suscitadas pela Equipe de Auditoria e que proponha a continuidade do acompanhamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Colatina no próximo Plano Anual de Fiscalização da Controladoria-Geral do Município, estendendo ainda aos eixos de Meio Ambiente e Drenagem.

3.6 O arquivamento do presente processo.

Colatina, 29 de dezembro de 2023.

Nildemar Antonio Botti
Auditor Público Interno – Matrícula 110819
Líder da Auditoria

Jonathan Bruno Blunck Gervasio
Auditor Público Interno – Matrícula 010366

ANEXO I – RESUMO DOS ACHADOS

Achado 2.1	
UG:	SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL
Ponto de Controle:	GESTÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS
Achado de Auditoria	2.1 Não estruturação do Sistema Municipal de Saneamento Básico
O tipo de controle realizado:	() Quantitativo (x) Qualitativo
Universo do Ponto de controle analisado;	Lei 6.413/2017 – Plano Municipal de Saneamento Básico Eixo Água, Esgoto e Resíduos
Amostra selecionada;	77%
Unidade da Amostra Selecionada:	(X) Unidades Físicas () Valores Monetários
Descrição da Amostra com até 1.000 (mil) caracteres;	O PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Nesta fiscalização foram levantadas a realização de ações referente apenas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos que são competências do SANEAR. Assim, do total de 242 ações, foram analisadas 187 ações.
Valor envolvido no processo de auditoria;	Estima-se um valor aproximado de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões) que corresponde a previsão aproximada da soma do custo das ações relacionadas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos no Plano Municipal de Saneamento básico de Colatina.
Descrição resumida do ponto de controle analisado com até 1.000 (mil) caracteres;	Foi analisado a implementação do Sistema Municipal de Saneamento Básico previsto na legislação municipal. Acontece que nem o Órgão Gestor de Saneamento Ambiental, nem a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais estão em atividade. O que compromete todo o funcionamento do Sistema Municipal de Saneamento Básico previsto na Lei 6.413/2017, bem como a avaliação da execução dos programas, projetos e ações, e ainda a realização dos diagnósticos e propositura da atualização do PMSB.
O tipo de procedimento de controle aplicado:	(x) Análise documental; () Revisão Analítica; () Inspeção Física; () Observação Direta; (x) Indagação; () Confirmação Externa; () Recálculo; () Reexecução; () Conciliação; () Exame de registros auxiliares; () Outros;
Situação da Análise:	() Procedimento Aplicado sem detecção de distorções; (x) Procedimento Aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhoria do controle; () Procedimento Aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções;
Benefícios financeiros da Auditoria:	Não mensurável

Achado 2.2	
UG:	SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL
Ponto de Controle:	GESTÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS
Achado de Auditoria	2.2 Ausência do acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do PMSB
O tipo de controle realizado:	() Quantitativo (x) Qualitativo
Universe do Ponto de controle analisado;	Lei 6.413/2017 – Plano Municipal de Saneamento Básico Eixo Água, Esgoto e Resíduos
Amostra selecionada;	77%
Unidade da Amostra Selecionada:	(X) Unidades Físicas () Valores Monetários
Descrição da Amostra com até 1.000 (mil) caracteres;	O PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Nesta fiscalização foram levantadas a realização de ações referente apenas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos que são competências do SANEAR. Assim, do total de 242 ações, foram analisadas 187 ações.
Valor envolvido no processo de auditoria;	Estima-se um valor aproximado de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões) que corresponde a previsão aproximada da soma do custo das ações relacionadas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos no Plano Municipal de Saneamento básico de Colatina.
Descrição resumida do ponto de controle analisado com até 1.000 (mil) caracteres;	Foi analisado a realização do monitoramento e avaliação do PMSB previsto na legislação municipal. O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Colatina, o acompanhamento, monitoramento e avaliação consistem em verificar o quanto os projetos e ações estão sendo executados, se e como os objetivos estão sendo alcançados, o quanto as metas estão sendo superadas e quais os problemas e entraves que possam estar impedindo a execução do que está planejado. Em termos gerenciais técnicos, cabe ao Comitê reunir-se bimestralmente e sempre que se fizer necessário para acompanhar as atividades e evolução dos projetos e ações do PMSB, bem como avaliar demandas, ações emergenciais e direcionamentos da execução.
O tipo de procedimento de controle aplicado:	(x) Análise documental; () Revisão Analítica; () Inspeção Física; () Observação Direta; (x) Indagação; () Confirmação Externa; () Recálculo; () Reexecução; () Conciliação; () Exame de registros auxiliares; () Outros;
Situação da Análise:	() Procedimento Aplicado sem detecção de distorções; (x) Procedimento Aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhoria do controle; () Procedimento Aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções;
Benefícios financeiros da Auditoria:	Não mensurável

Achado 2.3	
UG:	SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL
Ponto de Controle:	GESTÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS
Achado de Auditoria	2.3 Da falta de implementação das ações para cumprimento das metas do PMSB
O tipo de controle realizado:	(☒) Quantitativo (☐) Qualitativo
Universe do Ponto de controle analisado;	Lei 6.413/2017 – Plano Municipal de Saneamento Básico Eixo Água, Esgoto e Resíduos
Amostra selecionada;	77%
Unidade da Amostra Selecionada:	(☒) Unidades Físicas (☐) Valores Monetários
Descrição da Amostra com até 1.000 (mil) caracteres;	O PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Nesta fiscalização foram levantadas a realização de ações referente apenas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos que são competências do SANEAR. Assim, do total de 242 ações, foram analisadas 187 ações.
Valor envolvido no processo de auditoria;	Estima-se um valor aproximado de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões) que corresponde a previsão aproximada da soma do custo das ações relacionadas aos eixos Água, Esgoto e Resíduos no Plano Municipal de Saneamento básico de Colatina.
Descrição resumida do ponto de controle analisado com até 1.000 (mil) caracteres;	O PMSB é dividido em 06 eixos: Meio Ambiente, Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem e Outros. Cada eixo está dividido em programas, projetos e ações. Cada ação possui uma meta temporal de implementação. Foram analisadas a realização de cada ação dentro da amostra selecionada.
O tipo de procedimento de controle aplicado:	(☒) Análise documental; (☐) Revisão Analítica; (☐) Inspeção Física; (☐) Observação Direta; (☒) Indagação; (☐) Confirmação Externa; (☐) Recálculo; (☐) Reexecução; (☐) Conciliação; (☐) Exame de registros auxiliares; (☐) Outros;
Situação da Análise:	(☐) Procedimento Aplicado sem detecção de distorções; (☒) Procedimento Aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhoria do controle; (☐) Procedimento Aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções;
Benefícios financeiros da Auditoria:	Não mensurável